

ECLESIOLOGIA DO CONCÍLIO VATICANO SEGUNDO (Ecclesiology of Vatican Second)

Prof. Dr. Pe. César Teixeira

Diretor adjunto da Faculdade de Teologia
da PUC-SP. Doutor em Teologia Bíblica em Roma.
cteixeira@pucsp.br

Antonio Wardison C. Silva

Especialista em Filosofia Existencial. Bacharelado
em Teologia(UNISAL), bolsista de IC pela FAPESP.
wardison@hotmail.com

Resumo

O presente texto tem a finalidade de identificar e explicitar a eclesiologia do Concílio Vaticano II. Nesta perspectiva, procura demonstrar, através de uma análise histórica e teológica, a mudança da Igreja em relação ao seu diálogo com o mundo e em relação à sua própria missão evangelizadora. Fundamentalmente, o texto aborda esta “virada copernicana” em três vertentes, uma Igreja: dialogal, aberta para o mundo; “povo de Deus”, onde todos têm o chamado comum; e particular: fundada na sua dinamicidade e comunhão. Em suma, a eclesiologia do Concílio Vaticano II trouxe uma nova reflexão da Igreja sobre si mesma e sua atuação no mundo.

Palavras-chave: Diálogo. Igreja. Mundo. Povo de Deus. Comunhão.

Abstract

This paper aims to identify and explain the ecclesiology of Vatican II. From this perspective, attempts to demonstrate, through a historical and theological analysis, the change of the Church in relation to its dialogue with the world and in relation to their own evangelizing mission. Fundamentally, the paper addresses this "Copernican shift" in three parts, one Church: dialogical, open to the world, "people of God," where everyone is called common, and particularly based on its dynamics and communion. In short, the ecclesiology of Vatican II brought a new reflection on the Church itself and its performance in the world.

Keywords: Dialogue. Church. World. People of God. Communion.

Introdução

O Concílio Vaticano II representa um marco para a história do cristianismo. A partir de um olhar de fé e apreço, ele inaugurou uma nova era do Espírito no interior da vida da Igreja e de toda humanidade. A Igreja buscou uma nova compreensão sobre sua natureza e missão no mundo, assim como diálogo e abertura para as novas tendências da vida do homem moderno. Para muitos a convocação deste Concílio foi uma surpresa! Fundamentalmente, três aspectos serviram de base para esta convocação:

A *vida pastoral da Igreja*, uma maneira de compreender o conjunto de fé e uma abertura ao mundo moderno. A Igreja estava enfrentando muitos problemas referentes à moral e à fé e o evolucionismo pedia mais clareza acerca do sentido da criação, do pecado original, da Escritura etc. O homem moderno estava diante de angústias, de tristezas e de questionamentos e a reflexão pastoral veio para responder essas aspirações, como também injetar certo otimismo diante do mundo.

O *ecumenismo*, um convite para a busca da unidade das Igrejas cristãs. Pois o questionamento que se instalava era como manter um relacionamento com os protestantes. Tratava-se de uma busca de unidade religiosa com os irmãos separados e não uma unidade institucional. Neste sentido, o Concílio aplicou doses de esperanças para o ecumenismo.

E o *aggiornamento*, uma Igreja atenta às vicissitudes do mundo moderno, inserida na atualidade e aberta ao diálogo com o diferente. A Igreja tinha perdido, por um lado, o diálogo com o mundo moderno, com a história e com o homem e, por outro, a coerência com sua verdadeira tradição e renovação. Por isso, lançou-se para recuperar essa defasagem.

Portanto, como afirma a *Lumen gentium*,¹ diferente da eclesiologia clássico-jurídica e pós-tridentino-apologética, o Concílio Vaticano II apresentou novas perspectivas de compreensão da vida da Igreja. Ele procurou refletir a relação da Igreja com a Trindade santa e com sua missão no mundo, a fim de compreender, a Igreja, seu próprio mistério e sua ação salvadora.²

A partir dessas considerações observa-se que a eclesiologia do Concílio Vaticano II suprime uma teologia fundada no direito, na hierarquia e no poder para suscitar uma reflexão teológica do mistério trinitário, da Igreja dialogante (com o mundo) e sua realização local. Nesta perspectiva, o presente texto deseja refletir a natureza deste evento, particularmente no seu aspecto eclesiológico, a fim de identificar os pontos fundamentais que caracterizam a eclesiologia do Concílio vaticano II, a saber: de uma Igreja voltada sobre si para uma Igreja aberta ao mundo de hoje; de uma Igreja centrada na hierarquia para uma Igreja Povo de Deus; e de uma compreensão *universalista* de Igreja para uma Igreja local ou particular.

I – Uma Igreja aberta para o mundo de hoje

Com a Reforma, a eclesiologia procurava legitimar a Igreja Católica no seu caráter *confessional*, fundamentalmente representado pela hierarquia. Ora, com essa postura, a Igreja reagia aos ataques do protestantismo, inaugurados naquela época do século XVI. A preocupação era afirmar a Igreja como caminho único e seguro de salvação, não podendo qualquer outra confissão religiosa contribuir com esta missão particular. Os reformadores apresentavam uma Igreja invisível, constituída pela Palavra, versus uma Igreja visível, fundada nos sacramentos, a Igreja Católica.³

Na Modernidade, a Igreja, mesmo diante de uma sociedade laica e do Estado burguês, seguia como uma *sociedade perfeita*, sem qualquer prestação de contas à vida secular, isto quer dizer: *perfeita e absolutamente independente, com pleno poder legislativo, judiciário e coercitivo e visivelmente identificável por seus traços, como assembléia do povo romano, o reino da França ou a República de Veneza.*⁴ O catolicismo investia nas suas obras educacionais, hospitalares etc., como forma de assegurar o status religioso e firma-se como única religião salvadora para o mundo. Com isso, até os anos de 1940, a Igreja católica, com todas as mudanças no interior da sociedade e no mundo e diante do avanço da ciência, sustentava suas convicções como *sociedade perfeita* e porta exclusiva para a salvação.

Somente com a encíclica *Mystici Corporis Christi*, de Pio XII (1943), que a Igreja supera uma concepção jurídica da sua eclesiologia. Neste documento o papa acentua, principalmente, a comunidade dos batizados como *corpo Místico* de Cristo, que foi um avanço decisivo para a renovação da Igreja no Concílio convocado pelo papa João XXIII. Neste sentido a Igreja preparava-se para discutir sua missão entre os pobres e abertura para o mundo secular e não-católico.⁵ A Igreja redescobria o sentido de sua missão para o mundo, dentro do próprio mundo, na qualidade de *germe e início* do Reino de Deus, assim como apresenta a *Lumen Gentium*.⁶

Particularmente, com a *Gaudium et Spes*, a Igreja abre seu diálogo com o mundo, na perspectiva de ver o mundo como seu lugar de missão, a partir de uma análise crítica com a realidade hodierna: uma Igreja interessada *pelos temas da miséria de grande parte da humanidade, da opressão, da liberdade, dos direitos da pessoa humana, da corrida armamentista, das ameaças de destruição da humanidade*.⁷ Ainda, segundo a *Gaudium et spes*, a Igreja está relacionada com o mundo porque atinge a história de um povo marcado pela cultura, pelos seus hábitos e costumes. Também a Igreja é uma realidade terrena e deve manifestar a presença de Deus no meio dos homens, na história: *é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho*.⁸

Nesta perspectiva a Igreja refletiu sobre sua identidade, papel e missão no mundo. E além de uma eclesiologia completa, o Concílio ainda apresentou uma concepção de *Igreja em relação* com a Trindade e com as outras Igrejas.⁹

Com relação à Trindade, segundo a *Lumen Gentium*, a Igreja mantém uma relação desde seu princípio eclesial, através da criação do mundo e do homem, ao passar pelo Antigo Testamento até Cristo, na manifestação do Pentecostes, pois *no dia de Pentecostes foi enviado o Espírito Santo para santificar continuamente a Igreja e assim dar aos crentes acesso ao Pai, por Cristo, num só espírito*.¹⁰ Por fim, na vida da Igreja, o Pai, no Filho, pelo espírito, sustenta a fé do povo de Deus. Esta fundamentação na Trindade quer dizer que a Igreja é constituída na comunhão.

Com relação ao ecumenismo sua tentativa foi buscar um diálogo fraterno que suscitasse o respeito e elementos comuns de identidade, na tentativa de uma prática evangélica mais acentuada da justiça e da paz no mundo. O fato é que a Igreja Católica passou a aceitar a eclesialidade das outras confissões religiosas. Com isso, reconheceu sua participação no plano da evangelização e na revelação da verdade.¹¹

Verifica-se que a Igreja, agora, encara o mundo como lugar da auto-comunicação de Deus, lugar onde Ele se revela e permanece vivo, ao contrário de uma compreensão negativa do mundo, como recinto de impureza e pecado. O mundo é um *lugar teológico* onde Deus se encontra e habita; lugar onde Ele deposita sua graça e onde a Igreja atua em busca da salvação. Assim, a Igreja começa e se compreende a partir da sua relação com o mundo e não fora dele. Ao contrário, o mundo é lugar de auto-realização e missão da Igreja.

Nesta perspectiva, a Igreja caminha para o encontro com a sociedade, através de uma relação muito próxima e consistente. Na Idade Média esta relação constituiu-se pelo poder do Estado; na cristandade, pelo poder da burguesia; hoje, diante da pluralidade cultural-religiosa e do mundo secularizado, o relacionamento da Igreja com a sociedade passou pela sociedade civil, particularmente pela classe dominada, dos pobres e marginalizados. Nesta concepção, o papa Paulo VI afirma que a Igreja é *servidora da humanidade*. Assim, *o resgate do 'humano', iluminado pela fé, constitui o 'gancho' para a presença pública da Igreja na sociedade.*¹²

II – Uma Igreja povo de Deus

Para o teólogo Y. Congar, o modelo de eclesiologia clássica se configurava como uma *hierarcologia*, quer dizer, pela valorização incisiva da hierarquia.¹³ A inversão desta realidade deu-se com a nova compreensão de eclesiologia pelo Concílio vaticano II: todos, pelo batismo, participam da experiência de morte e ressurreição de Cristo, marcados com um mesmo selo, chamados a formar um só povo entre os irmãos, na igualdade, como filhos de Deus:

*todos olham conjuntamente para Jesus Cristo, que fundou a Igreja como uma entidade sui generis, própria, inigualável a qualquer outra sociedade no mundo, pois nela tudo está ordenado ao mistério central de Cristo, Filho de Deus e salvador.*¹⁴ Nesta perspectiva, o termo *povo de Deus* tornou-se sentido fundamental para a reflexão da eclesiologia do Concílio Vaticano II: *os que crêem em Cristo [...] constituem ‘uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, o povo de sua particular propriedade... que outrora não o era, mas agora é o povo de Deus.*¹⁵ Este termo, *Povo de Deus*, quis resgatar a compreensão dada pelo Antigo Testamento¹⁶, como povo eleito – povo sacerdotal por sua fé, e pelo Novo Testamento, onde todos são convidados a entrar na única história de salvação – pela consagração batismal em Jesus.¹⁷

A Igreja refletiu sobre sua condição, não de instituição, mas como realidade de salvação, operada por Cristo, no Espírito, no qual se oferece a salvação de Deus para toda a humanidade. Na Igreja, se mantém os valores e os bens do Reino. Eles são dados como vocação a todos para a edificação das promessas do Pai.

Com esta superação, em afirmar que todos são iguais, segundo o batismo, e que constituem um único corpo de *povo de Deus*, também é assegurada a condição do batizado como sujeito na Igreja, conforme os dons do Espírito Santo e ministérios particulares. Todo cristão é chamado a ser sujeito na Igreja, contrária è mentalidade que garantia tal condição somente ao clero, através da hierarquia: o clero mandava, o povo obedecia! Ao falar *povo de Deus*, a Igreja, pelo Concílio, quer afirmar que todo destino do povo é comum (chamado à santidade universal) e que todos são iguais na diversidade, nas funções e nos cargos que o Espírito confia. E toda e qualquer *autoridade* só tem sentido se entendida como serviço.¹⁸

Dessa forma, segundo a eclesiologia do *Corpo místico*, todos são iguais diante do mistério de Cristo. Ao assegurar esta mudança também se afirma a participação efetiva do dos fiéis na vida da Igreja e no exercício dos carismas. Eles têm uma participação direta na missão da Igreja:

*a Igreja é o mistério de comunhão de todos em Cristo pela força do Batismo. E dela brota a necessária participação do leigo em contexto ministerial e vocacionalmente variado*¹⁹. Esse caráter da Igreja mistério-comunhão não se fundamenta por reunir as pessoas entre si, mas por reuni-las em Deus.²⁰

Ao contrário da teologia do laicato, que definia os papéis entre leigos e sacerdotes, a teologia da *Igreja povo de Deus* quis superar tal concepção e acentuar que todos são membros iguais do povo de Deus, entre si e em relação a Deus: *todos os homens são chamados a formar o novo povo de Deus*.²¹

A diferenciação está associada ao papel que cada um desempenha na Igreja, segundo a ação do Espírito. Todos recebem do Espírito o dom ministerial, e a Igreja é toda ministerial, em que todos são sujeitos. Portanto *Povo de Deus* constitui uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa. Aqueles que crêem em Cristo, renascido pelo Espírito Santo, constituem o povo de Deus. Este povo tem Cristo como cabeça, que morreu e ressuscitou; tem a liberdade e a dignidade de filhos de Deus; tem por lei um mandamento novo: amar a Cristo e o próximo; e tem como finalidade, o reino de Deus e a participação da dimensão profética de Cristo. Todos são chamados à salvação e ao testemunho.

III – Uma Igreja local ou particular

A compreensão de Igreja como *universalista* tem sua raiz no século X quando Gregório, a fim de assegurar a liberdade e autonomia da Igreja, promulga uma soberania ilimitada à Igreja romana, porque somente ela fora fundada por Deus. E ao bispo de Roma caberia ser chamado de universal. A Igreja tornava-se, assim, uma instância centralizadora, um Estado do Papa.²² Nasce daí, uma grande diocese com os seus vigários, os bispos que, segundo Rahner, nada mais eram que substitutos do papa, sem qualquer autoridade ou poder próprio. *Mesmo que seja doutrina comum que o poder do bispo vem imediatamente de Deus, recebido pelo sacramento da plenitude da Ordem, [...] na vida concreta muitos se comportavam como se não passassem de meros vigários*.²³ A eclesiologia se fundamentava numa doutrina do poder e o Papa era o legítimo agente desse status eclesial.

Com o Concílio Vaticano II se tem uma verdadeira virada copernicana. A eclesiologia valoriza o episcopado local em comunhão com todas as Igrejas, assim como no primeiro milênio.²⁴ Isto significa: a eclesiologia do Concílio começa a interpretar e entender e Igreja a partir da sua realidade de Igreja local, ou seja, entende-se a Igreja *universal* a partir da *particular*.²⁵ Elas, a Igreja universal e a particular, são chamadas a existir em profunda comunhão, sob a regência do bispo de Roma, verdadeiro pastor e sinal de unidade em Cristo. Pois, o ministério sacramental da Igreja é exercido em nome de Cristo, devendo-se sustentar os *vínculos entre o colégio episcopal e seu chefe, o sucessor de Pedro, e na relação entre a responsabilidade pastoral do Bispo por sua Igreja particular e a solicitude comum do colégio episcopal pela Igreja Universal*.²⁶

Dessa forma, *a Igreja católica una e única existe nas e pelas Igrejas particulares. Isto é, o mistério da Igreja só se realiza nas Igrejas concretas nas quais vivemos a nossa fé, sob a presidência do mistério apostólico dos bispos*.²⁷ Entende-se, então que a universalidade da Igreja não está na soma de todas as Igrejas, mas na Igreja particular enquanto ela expressa a vontade salvadora de Deus.

Portanto, segundo a eclesiologia do Vaticano II, supera-se a concepção de uma Igreja jurídica para uma Igreja que se organiza como *povo de Deus*: uma Igreja particular em comunhão universal. Isto significou uma quebra do domínio exercido pela Igreja européia e abertura de espaços para as Igrejas particulares dos demais continentes.²⁸

Conclusão

O Concílio Vaticano II foi uma surpresa para Igreja! As expectativas conservadoras que precediam o Concílio transformaram-se em otimismo, esperança e progresso: discutiu-se a abertura da Igreja para o mundo, a sua concepção de povo de Deus, sua relação com outras denominações cristãs, assim como sua própria natureza e missão. Com uma eclesiologia mais sólida e compatível com as vicissitudes dos tempos modernos, a Igreja pode refletir sobre sua ação e eficácia no mundo, em vista da construção do Reino de Deus.

Neste sentido, a perspectiva eclesiológica do Concílio trouxe a superação de uma visão dogmática para uma concepção hermenêutica da Igreja, que se deu pela substituição da *ortodoxia* para os *significados* das coisas. O Concílio desenvolveu uma síntese dialética entre a ontologia e a história, isto é, superou o pensamento abstrato para interpretar os valores da história e tornar-se uma Igreja para todos, na história.

Dessa forma, uma Igreja aberta para o mundo é capaz: de dialogar com a pluralidade da cultura, com outras religiões e com as ciências; de identificar os problemas da humanidade e procurar soluções cabíveis, segundo o projeto de Deus para o homem; e de permanecer fiel ao seu chamado de salvação e testemunho de Cristo. Uma Igreja Povo de Deus, marcada pela ação salvífica de Deus na história e pela experiência na Trindade, onde todos são iguais e diferenciados na sua missão específica e, portanto, construtores da Igreja e protagonistas em todo projeto de salvação. Uma Igreja fortalecida pelo Espírito, que alimenta a experiência particular da Igreja e sua comunhão com toda comunidade eclesial.

Em suma, todos os cristãos são chamados a unirem-se a Deus e desenvolver a perfeição da santidade. Na Igreja de hoje todos são chamados a anunciar o Evangelho e a testemunhar Cristo na sua vida. Todos são convocados à santidade, a viver em comunhão com Deus e a receber a misericórdia do Pai pelo dom da salvação. O cristão tornou-se mais consciente da sua missão evangelizadora, da sua responsabilidade, da sua contribuição na construção de um mundo novo e a viver em plena intimidade com Cristo. Eis a verdadeira compreensão de Igreja! Ela tem a missão de identificar os sinais dos tempos, suas transformações e necessidades – em âmbito social, cultural, político e religioso – e interpretá-los à luz da fé.

Referências bibliográficas:

BARROS, Paulo César. *A eclesiologia do Concílio vaticano II*. In *Convergência*, Ano XL, nº. 384, julho/agosto.

BRIGUENTI, Agenor. *A eclesiologia do Concílio Vaticano II a partir das quatro notas da Igreja*. In *Convergência*, Ano XLI, nº. 389, janeiro/fevereiro.

Catecismo da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2000.

CONSTITUIÇÃO *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. In: CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. São Paulo: Paulus, 2007.

CONSTITUIÇÃO *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In: CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. São Paulo: Paulus, 2007.

DALLAGNOL, Wilson. *A eclesiologia do Vaticano II*. In *Cadernos da ESTEF* 37 (2006).

GARRONE, Gabriel Marie. *A Igreja, 1965 – 1972*. Porto: Salesianas, 1973.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBANATTO, Vera Ivanise (Orgs.). *Concílio Vaticano II – análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. *A Igreja, mistério de comunhão e as exigências da evangelização no mundo*. In *Teocominicação* 147 (2005) v. 35.

LAMBERT, Bernard. *A nova imagem da Igreja*. Trad. Nestor Dockhorn. São Paulo: Herder, 1969.

LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II – em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo; Loyola, 2005.

SCHREINER, J. *Palavra e Mensagem. Introdução Teológica e Crítica aos Problemas do AT*. São Paulo: Paulinas, 1978.

VANZELLA, José Adalberto. *Protagonismo do leigo na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

Notas

¹ A constituição dogmática *Lumem Gentio* é um texto do Concílio Vaticano II que procura abordar uma reflexão sobre a natureza da vida da Igreja, no seu aspecto de comunhão (mistério), Povo de Deus e ministérios. Para K. Rahner o Vaticano II foi o “Concílio da Igreja sobre a Igreja”.

² GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBANATTO, Vera Ivanise (org.). *Concílio Vaticano II*, p. 230.

³ Ibid., Paulo Sérgio Lopes e BOMBANATTO, Vera Ivanise (org.). *Concílio Vaticano II*, p. 231.

⁴ LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II*, p. 107.

⁵ GONÇALVES, op. cit., p. 232.

⁶ BARROS, Paulo César. *A eclesiologia do Concílio vaticano I*, p. 351.

⁷ LIBANIO, op. cit., p. 138.

⁸ *Gaudium et Sper*, nº. 4.

⁹ VANZELLA, José Adalberto. *Protagonismo do leigo na Igreja*, p. 39.

¹⁰ *Lumem Gentium*, nº. 4.

¹¹ LAMBERT, Bernard. *A nova imagem da Igreja*, p. 214.

¹² GONÇALVES, op. cit., p. 233.

¹³ Ibid., p. 233.

¹⁴ HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. *A Igreja, mistério de comunhão e as exigências da evangelização no mundo*, p. 23.

¹⁵ *Lumem Gentium*, nº. 9.

¹⁶ SCHREINER, J. *Palavra e Mensagem. Introdução Teológica e Crítica aos Problemas do AT*. São Paulo: Paulinas, 1978, p. 100. “[...] o povo de Deus do Antigo Testamento conservou os acontecimentos essenciais da sua história antiga, mas também os interpretou. Nos temas Êxodo, do Sinai, da peregrinação pelo deserto e da conquista da terra, Israel celebrou Iahweh, o Deus que se manifestou poderosamente (o qual era o seu Deus desde a terra do Egito) e proclamou a sua vontade salvífica a as suas exigências [...]”.

¹⁷ DALLAGNOL, Wilson. *A eclesiologia do Vaticano II*, p. 79.

¹⁸ GARRONE, Gabriel Marie. *A Igreja*, p. 21.

¹⁹ LIBANIO, op. cit., p. 114.

²⁰ GARRONE, op. cit., p. 16.

²¹ *Lumem Gentium*, nº 13.

²² GONÇALVES, op. cit., p. 235.

²³ LIBANIO, op. cit., p. 124.

²⁴ BRIGUENTI, Agenor. *A eclesiologia do Concílio Vaticano II a partir das quatro notas da Igreja*, p. 34.

²⁵ *Lumen Gentium*, n. 23.

²⁶ *Catecismo da Igreja Católica*, n. 879.

²⁷ GONÇALVES, op. cit., p. 237.

²⁸ LIBANIO, op. cit., p. 131.